

Requisitos para exploração sustentada da biodiversidade brasileira

Giuliano Marcon¹

Márcia Gonçalves Rodrigues

Dentro da busca do desenvolvimento do país, o meio ambiente acaba sendo relegado a segundo plano, por ocasião da implementação de projetos. O objetivo do desenvolvimento econômico parece que esteve sempre dissociado da conservação ambiental ou do real bem-estar das comunidades envolvidas.

A idéia de que o desenvolvimento de projetos envolva, necessariamente, a degradação dos meios físico, biológico e antrópico está associada ao negócio de lucro a curto prazo. A superficialidade desta estratégia tornou-se evidente nos últimos anos. A alternativa de desenvolvimento sustentável permite a manutenção das características ambientais e viabilizam o futuro não só das atividades econômicas de longo prazo, como da humanidade como um todo.

O Brasil possui uma retrospectiva negativa no que se refere a aplicação do dinheiro de projetos. Vários são os exemplos dessa má aplicação. O nordeste brasileiro, em que há um interesse na manutenção do *status quo* de miséria e pobreza é um exemplo de como a manipulação da miséria torna-se um negócio de longo prazo. Por outro lado, tem-se percebido algum progresso na inserção de projetos de obras civis.

Outro aspecto importante é a necessidade de que projetos de âmbito específico e tecnológico, como os da biotecnologia na agricultura, devam vir acompanhados de um

¹ gmarcon@atech.br

planejamento econômico, tendo em vista a nova dinâmica trazida. Ao mesmo tempo em que se pode obter um aumento de produtividade com plantas de melhor qualidade etc., pode-se alterar a distribuição de renda, a estrutura do emprego e outros.

Como solução para os problemas da agricultura, a agricultura sustentável surge como nova perspectiva, focando seus objetivos na diversificação cultural e abrandamento do consumo de insumos prejudiciais ao meio ambiente.

A saúde projeta-se com uma falta de qualidade no país. Populações indígenas, que mereceriam uma maior atenção das ações, são prejudicadas.

Como indicador da questão social, pode-se usar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que sintetiza a qualidade de vida das comunidades envolvidas. Este índice, mais do que a lucratividade do projeto em si, mostra o benefício para a sociedade.

Antes que somente uma proposta para conservação das condições do meio ambiente, é preciso que as soluções, para as questões de cunho social, tenham raízes nas próprias comunidades. É preciso um detalhamento de políticas específicas, segundo a natureza do projeto a ser desenvolvido.

Para avaliar de fato o benefício que determinado projeto traria às comunidades é preciso que se tenha claro o foco no bem-estar do homem; um planejamento sistêmico, respeitando o direito da existência futura das comunidades. A participação ativa das comunidades envolvidas, articulando e propondo ações, só será possível através da manutenção de sua identidade.

Entre os projetos que mais merecem atenção, o da exploração da biodiversidade nacional tem uma grande representatividade. O uso proclamado da biodiversidade nacional é relativa ao inventário biológico e ao conhecimento das comunidades locais.

É importante observar o papel do Brasil como país de mega biodiversidade. No entanto, o país não possui capacitação tecnológica para tal exploração. De forma geral, os acordos de centros de pesquisa de países desenvolvidos com os países ricos em biodiversidade, trazem resultados muito aquém daqueles que poderiam ser obtidos com a agregação de mais tecnologias.

Enquanto isso a utilização da imensa riqueza de recursos genéticos distribuídos sobre o nosso território se faz através da prática da “biopirataria”. Este ato se vale da falta de legislação definindo essa prática como crime ou contravenção, sem a qual é impossível caracterizar a “biopirataria” como atividade ilegal, e da grande miséria em que se encontram as comunidades remotas, que acabam trocando “favores” por espécimes e informações.

A biopirataria dos recursos biológicos representa a espoliação da possibilidade da sociedade atingir uma qualidade de vida ambientalmente saudável, uma vez que os benefícios decorrentes da utilização da riqueza biológica não são equanimemente repartidos entre países industrializados e aqueles ainda em desenvolvimento, e acima de tudo não há a contrapartida tecnológica.

Para evitar que o resultado de tal exploração seja similar à aqueles já percebidos em minerações por exemplo, é preciso a elaboração de políticas específicas para a exploração sustentada da biodiversidade.

O desenvolvimento de políticas específicas da exploração sustentada da biodiversidade poderiam fornecer uma visão prática do conceito de desenvolvimento sustentável.

É fundamental observar o caráter de tal solução como específico para as necessidades das comunidades locais. Uma solução genérica, mesmo que focada na exploração da biodiversidade, mas de âmbito nacional não seria a mais apropriada. Especificidades locais devem ser respeitadas, pois as necessidades variam de local para local.